

30 tri no final do ano

Murilo Murça

A dívida interna do Governo brasileiro deve chegar a Cz\$ 30 trilhões no final do ano, enquanto a dívida externa ultrapassa a casa dos US\$ 125 bilhões (Cz\$ 25 trilhões). Mas "não há motivo para pânico", segundo o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega.

O Estado brasileiro tem sido, quase sempre, um mau empresário e um péssimo gerente. Afinal, suas empresas jamais iam à falência, pois sempre tiveram os contribuintes como acionistas compulsórios para aporte de capital, sempre que necessário cobrir prejuízos de administrações ineficientes e/ou corruptas. O quadro mudou. Agora, o próprio Estado faliu, como confirmou o presidente Sarney ao denunciar, no mês passado, que o Governo estava "exaurido".

Além dos bancos e instituições internacionais, os maiores credores da "Capitalismo de Estado-Brasil S/A" são os próprios brasileiros que, segundo os dados consolidados do Banco Central, eram credores de US\$ 71,106 bilhões (dívida interna), ao final do ano passado. Uma dívida que continua a crescer. A origem dessa dívida vem da necessidade de o Governo financiar seus investimentos e custear a máquina administrativa, além de repassar recursos, através de subsídios e isenções, a setores privilegiados, como os exportadores, ou extremamente debilitados, como os agricultores do Nordeste.

A maior parte das necessidades do Governo, no final dos anos 60 e início da década de 70, era coberta por recursos externos, abundantes e baratos, na época. Transformados em cruzeiros, esses recursos financeiravam os grandes projetos públicos e privados, enquanto o Governo colocava títulos no mercado interno para subsidiar as exportações, a agricultura e outros programas. Até o primeiro choque do petróleo, em 1973, o Governo elevou substancialmente as reservas do País, ao lado da iniciativa privada, que também obtinha empréstimos externos.

A fonte secou

Mas de 1974 a 1980, o país foi perdendo essas reservas, através de déficits comerciais elevados, enquanto a iniciativa privada retirou-se do mercado financeiro internacional, sobrando somente o Governo e suas estatais para buscar reservas. Neste período, segundo assinala o economista Hélio Cézar Bontempo, a dívida externa líquida aumentou em US\$ 45,2 bilhões, com pagamento de US\$ 18,6 bilhões em juros e o país acumulou um déficit comercial de US\$ 26,6 bilhões.

No final de década de 70, aumentaram as dificuldades do Brasil obter mais recursos externos, não conseguindo cobrir o déficit comercial e o pagamento dos juros externos. As reservas internacionais, que chegaram a US\$ 12 bilhões em 1978, caíram para US\$ 7 bilhões em 1982 e a menos de US\$ 4 bilhões em 1985. "O processo de estatização da dívida externa ganha impulso definitivo e irreversível com a instituição dos depósitos de projetos, em 1983, através dos quais as dívidas externas vincendas do setor privado e público são 'pagas', isto é, depositadas, no Banco Central, que passa a ser o novo devedor junto ao credor externo. Desta forma, a partir de 1983, o crescimento da dívida externa do setor público e das autoridades monetárias é superior ao da dívida líquida total, enquanto a dívida externa do setor privado se reduz", segundo Bontempo.

Natureza do déficit

O aumento nos custos dessa dívida e o fim de novos empréstimos externos, levou o país à estagflação de 1981/83 e ao esforço de aumento das exportações para cobrir as necessidades de reservas que, por sua vez, provocou a aceleração inflacionária do final de 1985 e o aumento da dívida líquida do setor público,

que evoluiu de 28,8% do PIB, em 1982, para 55% em 1987. "A política de endividamento externo para financiar um elevado crescimento econômico concentrador de renda, com distribuição de subsídios a setores capitalizados e projetos estatais inviáveis, tem mais a ver com as possíveis origens do déficit. A natureza do déficit não é financeira (na origem), mas atualmente assume caráter financeiro, dado o círculo vicioso crescente do aumento da dívida para fazer face ao seu próprio pagamento e pela incapacidade, cada vez maior, do setor público em servir à sua própria dívida. Ademais, o extraordinário aumento do peso das despesas financeiras da dívida em relação à receita fiscal e à base monetária revela um estágio de quase inadimplência do Governo federal e do Banco Central" — aponta Bontempo.

Economista do Departamento Econômico do Banco Central, Hélio Cézar Bontempo afirma que "o processo de financiamento do setor público (especialmente do governo central) através da estatização da dívida externa foi bastante significativo no período 1984/87, mas já está próximo do esgotamento. A dívida pública externa já representa cerca de 80% do total da dívida externa". E o mesmo pode ocorrer, assinala, com algumas operações de conversão da dívida em investimento. "Como não há recursos fiscais suficientes para compensar o impacto desse conjunto de operações externas, a economia tende a um impasse entre o pagamento de encargos e a recessão e/ou a hiperinflação". "Vai ficando claro que o país, principalmente o setor público, não tem condições de fazer face ao pleno pagamento dos juros, com taxas fixadas pelos países credores e sendo a receita de exportações função de preços também fixados pelos credores".

Dívida interna

Com as assinaladas dificuldades no quadro externo, voltar a vista para o interior do país não é animador. A dívida interna federal elevadíssima impede um crescimento real significativo, a não ser que o Governo vá ao mercado oferecendo juros hiperinflacionários, enquanto a carga tributária líquida e bruta é decrescente. "Essas características tendem a configurar uma situação de clara 'inadimplência' para o Governo federal e Banco Central, ou um potencial veículo de pressões inflacionárias explosivas", afirma Bontempo.

O aumento da dívida interna foi de 416%, no período 1981/87, enquanto a carga tributária bruta foi reduzida de 26,3% do PIB, em 1975, para 22,2% em 1985, e a carga tributária líquida caiu de 15,3% para 8,9%. O Governo conseguia, no início da década de 70, colocar no mercado um volume de títulos públicos equivalente à sua receita fiscal. Nos últimos três anos, só conseguiu colocar no mercado o equivalente a 8,7%, em média, dessa receita. Caíram as receitas e aumentaram as despesas com juros da dívida interna de tal forma que, em 1985, a receita tributária líquida foi de 1,7% do PIB e a poupança do Governo negativa em 8% do PIB.

Falência

Na programação brasileira apresentada ao Fundo Monetário Internacional (FMI), a previsão é de que o déficit nominal do setor público chegará, em setembro, a Cz\$ 15 trilhões. Ao final do ano, esse déficit será de Cz\$ 30 trilhões, ou 37% do Produto Interno Bruto (PIB), estimado em Cz\$ 82 trilhões. A dívida externa deve manter um perfil semelhante ao do ano passado, em que correspondia a 40,8% do PIB (para uma dívida de US\$ 115 bilhões, US\$ 84,1 bilhões eram do Governo), enquanto os dispêndios com juros ficarão em torno de 3,2% do PIB, ou 30% das exportações.

Qualquer empresa, com um perfil destes, estaria definitivamente falida.